

Despedir-se do Deus dos Europeus?¹

Erhard Kamphausen²

RESUMO: O cristianismo, como temos hoje, é resultado de um longo processo de inculturação. Nascido em um ambiente judaico-semítico, passou pela cultura grego-romana e mais tarde foi assimilado no mundo céltico-germânico. Mesmo problemas centrais da história da teologia, como problemas da Trindade e da cruz, podem ser vistos no contexto da inculturação. O “Deus dos Europeus” é compreendido neste contexto. Faz-se necessário então, rever as ideologias ocidentais para libertar-se das opressões impostas por elas em nome do cristianismo.

ABSTRACT: Today's Christianity is the result of a long process of inculturation. Born in a Judeo-Semitic environment, it crossed the Greek-Roman culture and later on was assimilated by the Celtic-German world. Even the central problems of the history of theology such as the cross and the dogma of the Trinity can be interpreted in the context of inculturation. The “God of the Europeans” then is understood in this context. Therefore, it is necessary to take a closer look at the occidental ideologies to get rid of the oppression they imposed in the name of Christianity.

¹ Texto apresentado na conferência de diálogo Brasil e Coréia na UMESP, traduzido pelo Prof. Dr. Ágabo Borges de Sousa.

² Diretor Administrativo da Missionsakademie an der Universität Hamburg e docente do departamento de missões da Faculdade de Teologia da Universidade de Hamburgo, Alemanha.

Introdução

Todos os temas das palestras apresentadas nesta conferência, “**Cristianismo nas Culturas**”, foram temas afirmativos, mas os organizadores me deram um tema com uma interrogação: Despedir-se do Deus dos Europeus? Talvez seja esperada uma resposta alternativa de minha parte: Sim, o Deus dos europeus se despediu ou foi despedido; Ele não é mais presente. Ou talvez: O Deus dos europeus não pode ser despedido, pois Ele é o único Deus universal. Uma despedida deste Deus seria um problema da fé cristã.

O que entendemos por “**Europa**”?

Pode-se falar de uma unidade “Europa” e com isto também considerar uma homogeneidade populacional?

Se for vista, supostamente, a possibilidade de uma despedida do Deus dos Europeus, então teremos que perguntar, de quais europeus? **Há realmente os Europeus?**

Parto do princípio de que por trás da questão, “despedir-se do Deus dos europeus?”, há uma compreensão específica, que dirige o interesse, um interesse que tem uma direção essencialmente emancipatória. Portanto, levanta-se a questão: Quais são os pressupostos estabelecidos pelas Igrejas da África, Ásia e América Latina na perspectiva da emancipação de sua auto-compreensão como cristãos em relação à dominância da teologia e tradição ocidentais?

Gostaria de desdobrar esta questão em duas direções. Em primeiro lugar a inculturação do cristianismo no ocidente ou no leste europeu e a fé que dela seguiu só podem ser compreendidas no contexto da vivência cultural da transição ou a passagem do cristianismo vindo do ambiente cultural judaico-semítico para o romano-helenista e mais tarde céltico-germânico.

A autocompreensão da igreja primitiva, ainda estreitamente ligada ao judaísmo, experimenta uma mudança radical, por causa da influência helenizante, nas igrejas gentílicas, que surgiram por toda parte do império romano. Procurarei esclarecer melhor este processo. Em segundo lugar a mudança ainda mais radical, que se deu no IV século, quando o cristianismo tolerado e muitas vezes perseguido se torna religião oficial do império romano. Esta inculturação se encontra em outro patamar, mas a “onda constatinica” marcou profundamente

a história do cristianismo ocidental até a modernidade: a tomada do poder político (do estado) através do cristianismo no império romano. Nestes dois níveis pode ser discutida a questão da emancipação da cristandade do “terceiro mundo” do domínio europeu. A seguir demonstrarei a questão a partir de dois exemplos. Porém, é necessário fazer primeiramente algumas observações sobre o tema inculturação.

A **inculturação**³ é um conceito muito usado na nova discussão teológico-missiológica. A questão gira em torno da compreensão de evangelho e cultura, ou na compreensão da substância da fé cristã e a respectiva expressão e forma desta substância no contexto de uma determinada sociedade, que se encontra em um processo de transmissão sócio-cultural. Na literatura missiológica é usado sempre uma figura ou uma metáfora para o processo de inculturação, que deixa facilmente identificar sua origem platônica ou mesmo aristotélica. Trata-se da dualidade do conteúdo e forma ou núcleo e invólucro. Isto pressupõe algo como o “puro” evangelho, que em seu respectivo contexto social procura uma forma, uma capa ou uma roupagem, no qual então encontra sua manifestação. O debate da inculturação tem uma longa tradição na igreja católica; chamo atenção, por exemplo, o movimento das ordens dos cavaleiros no século 17. Na teologia protestante esta discussão é retomada no debate sobre teologia e liturgia das chamadas “Igrejas Novas” (Jungen Kirchen), ou seja as igrejas na África, Ásia e Oceania, que surgiram da atividade missionária protestante européia ou norte-americana. Um exemplo especialmente bom nos oferece a África.⁴

Considero o conceito inculturação problemático. A mim ele parece sempre muito harmônico e não radical suficiente. Realmente ele expressa a verdade, que a auto-compreensão cristã e a prática cristã sempre se exprimem e se manifestam em uma moldura cultural específica. Não há uma compreensão universal cristã, como foi postulado pela tradição ocidental, que se impõe absoluta frente as outras religiões. A forma do cristianismo ocidental também é contextual, ou seja é uma forma de expressão da fé cristã nascida na história européia, que se encontra em igualdade de direitos junto a outras expressões do cristianismo,

³ A literatura sobre este tema é muito vasta. Veja: von Robert J. Schreier: Abschied vom Gott der Europäer. Zur Entwicklung regionaler Theologien, Salzburg 1992.

⁴ Compare: Kamphausen, E., Aufbrüche zu mehr Autonomie im christlich-theologischen Denken Afrikas, in: Jahrbuch Mission 1990, Hamburg 1990.

com asiáticas, africanas e latino-americanas. Despedida do Deus dos europeus seria então: a despedida do pretensão da universalidade da teologia européia e o reconhecimento, que um Deus dos europeus coexiste em igualdade de direitos e pacificamente com um Deus dos africanos, dos asiáticos, dos latino-americanos.

A tese da inculturação parte do princípio de que a declaração de fé, dogmas e bases de ensino formulados no primeiro século do cristianismo são elementos que na execução do enraizamento do cristianismo na cultura européia devem encontrar uma nova expressão e uma nova forma. Isto significa, que fundamentalmente os símbolos e declarações cristãs desenvolvidos na história da Europa representam a substância da inculturação. Esta substância recebe sua forma externa através da adaptação ao ambiente cultural estrangeiro.

Exemplo: De que maneira pode o ensino das duas naturezas de Cristo, verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus, ser adequadamente expresso? Ou, como pode se fazer compreensível a uma sociedade tribal da Oceania a morte sacrificial de Jesus na cruz? O que significa o ensino do pecado original no contexto de um sistema de fé, que não conhece o conceito de pecado? O teólogo sul-africano e bispo Tutu disse certa vez: “Os missionários brancos trouxeram e responderam, maravilhosas respostas a perguntas, que nenhum de nós fez.”⁵

Formulo a hipótese, de que o cristianismo com seus dogmas, símbolos e liturgia desenvolvido na história da Europa constitui o resultado de um processo de inculturação e a compreensão surgida deste processo não traz nenhuma obrigatoriedade para o desenvolvimento da teologia contextual por cristãos de outras culturas.

I – Inculturação e Trindade

Gostaria de demonstrar este pensamento à luz do desenvolvimento do **Dogma da Trindade** e do resultado da discussão cristológica do 4º século:

O cristianismo primitivo, e isto não carece maiores esclarecimentos, é uma “seita” surgida no judaísmo, que pela simples aceitação do Antigo Testamento

⁵ Citado de: Kamphausen, E., *Ibid.*, p.6.

como escritura sagrada se apresenta e se compreende como uma grandeza pertencente à cultura judaica – isto significa também semítica. Jesus de Nazaré e seus seguidores estão nesta tradição religiosa e cultural. Para chegar às autênticas palavras de Jesus a exegese crítica se serve da tradução dos textos dos evangelhos do grego para o aramaico, que possivelmente foi a “língua mater” de Jesus. Nós sabemos hoje, que Jesus não queria instituir uma nova religião ou mesmo uma igreja universal. Ao contrário, ele se compreendia como reformador de Israel, esta pretensão sobre as doze tribos é estabelecida pela chamada dos doze apóstolos. Os cristãos palestinos primitivos se compreendiam como judeus e se mantiveram seguros à lei e ao culto no templo. Jesus foi em tudo que fez e ensinou marcado pelo judaísmo. Com certeza ele modificou e levou a extremos os elementos assimilados da tradição judaica, que necessariamente levou a uma clara delimitação do judaísmo.

Podemos assim afirmar:

Jesus vem completamente do judaísmo e só pode ser compreendido a partir dele, mas ele aprofundou esta religião no amor de Deus pelo homem e na humanidade e exatamente por isto é atribuído à sua figura um papel incomparável e único, a ponto de levar necessariamente a uma separação ideológica e social do judaísmo e a formação de uma religião independente em poucos anos depois de sua morte. Mas tudo isto aconteceu no mesmo ciclo cultural: **o surgimento do Cristianismo não é resultado do processo de inculturação.**

Nós só podemos falar do início da inculturação em virtude de **missões**, condicionada pela fuga dos cristãos da perseguição judaica e romana, mas também com base na atividade dos “enviados”, que atuaram na região romana-helênica. Talvez tenhamos que reconhecer que o elemento de maior importância e consequência neste contexto tenha sido a atividade do **apóstolo Paulo**, que desenvolveu sistemática e programaticamente “missões entre os gentios”. Através de seu esforço surgiram de Jerusalém a Roma comunidades cristãs gentílicas, cujo número em pouco tempo aumentou bastante.⁶ Mas em conse-

⁶ Do ponto de vista da missiologia o trabalho de J. Warneck, *Paulus im Lichte der heutigen Heidenmission*, é ainda de grande relevância.

qüência disto retornou, o mais tardar em 150 d.C, a influência de um cristianismo judaico vivo (“Ebionitas”, “Nazireus”).⁷

Favorecido pelas condições estruturais do Império Romano o cristianismo chegou às cidades do interior e até a Inglaterra e representava no momento “onda constantínica” (311/313) no Império Romano um percentual na população de mais ou menos 15%.

Durante toda a antigüidade nos defrontamos com um **cristianismo como religião do estado**. Primeiramente pertence grande maioria dos adeptos ao cristianismo às classes baixa e média baixa; por volta do final do segundo século puderam ser contados alguns importantes centros, como Alexandria e Antioquia e também um grande número do membros das classes de boa formação.

Depois da **onda constantínica** o número de cristãos cresceu consideravelmente, até o imperador Teodósio I, O Grande 380/381, o cristianismo foi declarado religião do estado, de maneira que – ao menos oficialmente – cobre todo o mundo conhecido da época, a “**Ökumene**”. Enquanto que o império romano oriental e cristão de fala grega podia estabilizar uma igreja oficial (papado de Cesar), o ocidente do império romano foi levado pelo êxodo populacional ao sofrimento: em 476 d. C. Roma cai definitivamente debaixo do poder germânico.

As tribos germânicas aceitaram, após a tomada das regiões cristãs, amplamente o cristianismo em sua forma ariana. Só com a conversão do rei franco Clóvis à fé católica e seu batismo em 498/499 no Reims se deu o momento decisivamente importante para o futuro da Europa. A partir de então pode a forma latina do cristianismo antigo sob as tribos germânicas da Europa central se espalhar de maneira crescente. Este processo alcança seu ponto culminante em 800 d. C., quanto o rei franco Carlos, O Grande, foi coroado imperador romano. No oitavo século veio então uma nova onda missionária provocada pelos monges anglo-saxônicos, que se uniram a Roma. A cristianização alcança finalmente as partes norte e oeste da europa central. O imperador Carlos Magno é tido como o pai da Europa.

Podemos afirmar: **O Cristianismo surgido no círculo cultural semítico imigra e se incultura em mundos culturais completamente diferentes. Inici-**

⁷ No 2º século os Ebionitas e Nazireus foram declarados enganadores e hereges pelos defensores do Catolicismo nascente, e no 4º século estes são zombados por Jerônimo como “meio judeus” e “meio cristãos”. Veja J. Schoeps, *Theologie und Geschichte des Judentums*, p. 284.

almente no mundo romano-helênico e mais tarde no círculo cultural céltico-germânico.⁸

Conclusões: Na primeira fase da inculturação foram formuladas integralmente as confissões obrigatórias do Cristianismo. São elas realmente obrigatórias?

Nós lembramos: De acordo com o pensamento histórico do judaísmo os judeus-cristãos circunscreveram o papel de Jesus na história da salvação (heilsgeschichtlich). Para eles Jesus era o **Messias** (= **Cristo**) do fim dos tempos ou o **Filho do Homem** apocalíptico. Com o ingresso do Cristianismo no mundo helênico iniciou-se uma compreensão completamente nova. A função soteriológica de Jesus de Nazaré é descrita não mais no âmbito da história da salvação, mas na terminologia metafísica cósmica-ontológica daquele tempo. Ele é aquele que provém os mundo divino e também terreno. Ele pertence ao mundo espiritual, do conhecimento, da imortalidade, mas ao mesmo tempo ele pertence também a nós, ele é ser humano. Assim ele pode como “Deus-Homem” em sua própria pessoa intermediar entre a finitude e a infinitude. O ensino das duas naturezas surge como consequência da apropriação de Jesus no ambiente helênico. Assim foram estabelecidos os pressupostos para a discussão dogmática no cristianismo helênico: Quando a filiação divina de Jesus foi compreendida no sentido de uma segunda natureza divina ocorreu, em função disto, também um problema insolúvel para o judaísmo e o monoteísmo herdado por Jesus. Como pode este se manter, se além de simplesmente um único Deus, fala-se do Deus “**Pai**”, “**Filho**” e “**Espírito Santo**”?

O desenvolvimento do ensino na Igreja antiga procura harmonizar o monoteísmo puro da tradição judaica com a idéia helênica de Deus.⁹ A relação das três pessoas Pai, Filho e Espírito Santo foi compreendida como participação mútua das pessoas, como Pericorese: o único Deus se manifestou no transcurso da história da salvação de três maneiras: como eterno Criador do mundo (o “Pai”), na figura e ministério de Jesus de Nazaré (o “Filho”) e como força espiritual

⁸ Compare: Rossel, J., *The Roots of Western Europe. An Essay on Interpretations of Cultures during the first nine centuries of our era*, Basel 1995.

⁹ Compare: Ohlig, K.H., *Ein Gott in drei Personen ?*, p. 23s.

do homem, que vive no discipulado e do Espírito de Jesus (o “Espírito”).¹⁰

Com isto é necessário assinalar, que na base da compreensão da **Tindade**¹¹, **Triunidade** ou **Triplice Manifestação** existe fundamentalmente uma *aporia*.

A questão, como é possível uma trindade em uma afirmada unidade, não é passiva de solução. Por isso sempre serão desvalorizadas novas interpretações e rejeitadas como “heresias”.

Isto será especialmente claro nas discussões a respeito da **crisologia**. Foi rejeitado: a subordinação de Cristo a Deus (**Monarquismo**); a explicação de sua humanidade e seu sofrimento como simplesmente aparente (**Docetismo**); a compreensão de Cristo como semideus, um ser intermediário (**Arianismo**); a suspensão da unidade pessoal de Cristo a favor de uma clara divisão entre a natureza divina e humana (**Nestorianismo**) e a mistura da diferença das duas naturezas (**Monofisismo**).

Na primeira fase (até o fim do IV século d.C.) o conceito “Filho de Deus” foi bastante discutido (especialmente como conseqüência do arianismo) e finalmente compreendido no sentido de uma “**mesma natureza**” ou “**igualdade do ser**” (homousios) com o pai.¹² Após esta luta foi incluído o Espírito Santo nesta concepção. Em uma Segunda fase (no V século d. C.) foi a vez da questão de como o homem Jesus podia ser “Filho de Deus”, conseqüentemente em que consiste a unidade entre o homem e Deus.

As disputas foram muito amargas, de maneira que os imperadores de tempos em tempos procuravam, através de concílios ecumênicos, reestabelecer a paz. A este objetivo serviram os primeiros quatro grandes concílios, entre eles especialmente o primeiro (em Nicéia 325) e o quarto (em Calcedônia 451) estabelecem paralisação no processo de desenvolvimento dos dogmas cristãos. O concílio de Nicéia afirmou contra Arius **a igualdade da essência de Cristo**

¹⁰ Com base na seguinte literatura: Andresen, C., Anfänge christlicher Lehrentwicklung, in: ders. (Hrsg.), Handbuch der Dogmen- und Theologiegeschichte, Bd.1, Göttingen 1982; Adam, A., Lehrbuch der Dogmengeschichte, Bd.1, Göttingen 1982, 1-98; Beyschlag, K., Grundriß der Dogmengeschichte, Bd. 1, Darmstadt 1982; Moltmann, J., Trinität und Reich Gottes, München 1980; Pannenberg, W., Grundzüge der Christologie, Gütersloh 1976; Werner, M., Die Entstehung des christlichen Dogmas, Stuttgart 1959; Lohse, B., Epochen der Dogmengeschichte, Münster/Hamburg 1994.

¹¹ A palavra “Trindade” com base no conceito grego “Trias” foi usada pela primeira vez por Teófilo de Antioquia (Segunda metade do 2º século).

¹² Uma análise histórica detalhada do conceito nos é oferecida por: bietet Kelly, J.N.D., Altchristliche Glaubensbekenntnisse, Geschichte und Theologie, Göttingen 1972.

com o Pai, o terceiro com concílio de Éfeso (431) acentuou contra Nestorius a unidade da pessoa de Cristo e declara em consequência disto Maria como “**mãe de Deus**”(theotokos), o quarto concílio de Calcedônia (451) definiu contra o Monofisismo a doutrina das duas natureza na fórmula diferenciada e o sexto concílio de Constantinopla (680/81) condena o último grande desvio doutrinário cristológico, o Monotelismo, e trouxe finalmente a fórmula mais completa.

O Protestantismo, que surgiu mais tarde, assimilou este credo completamente e elevou a sua própria base doutrinária.

A discussão em torno da cristologia e da trindade só pode ser compreendida no contexto de uma cultura específica. A fórmula doutrinária e credo desenvolvido neste ambiente cultural não são em sua base questionáveis para a cristandade fora da Europa? Pode então a despedida do Deus dos Europeus significar a despedida da doutrina da trindade, despedida da cristologia das duas naturezas, despedida do dogma central, que até então foi vista como absolutamente necessária para a fé cristã? Estou inclinado a responder a esta questão positivamente.¹³

Nós verificamos: A fixação das declarações de fé e fórmula doutrinária cristãs são resultados de um processo de inculturação.

Estes são os resultados legítimos da transição e tradução de uma religião asiática em uma forma européia.

II – Inculturação e Cruz

A cruz vale geralmente como o símbolo central do cristianismo. Observa-se retrospectivamente a história da igreja, confirma-se talvez com espanto, que nestes três primeiros séculos depois de Cristo nenhuma representação da cruz foi transmitida. Nós encontramos muito mais um grande número de diferentes imagens, que ressaltam a messianidade e a dispensação da vida do papel de Jesus Cristo. São imagens de esperança, de fertilidade e da vida: a âncora, o

¹³ Veja Ohling, K.-H., *Ein Gott in Drei Personen?*, Mainz/Luzern 1999. A doutrina da trindade, em virtude das missões, foi levada às igrejas não européias e refletida teologicamente, com isto surgem novas reflexões contextualizadas, como mostra o trabalho de L. Boff, *Kleine Trinitätslehre*, Düsseldorf 1990.

bom Pastor, a videira, o cordeiro. Por causa do caráter esotérico da palavra especialmente o símbolo do peixe teve um lugar significativo para os cristãos na igreja primitiva, que não raramente tiveram que contar com a perseguição. A imagem da cruz não era presente. Então porque no evangelho trata exclusivamente da superação da cruz, do sofrimento, da morte, portanto da ressurreição dos mortos, não faz sentido a representação das cruz vazia. Havia então no simbolismo da cristianismo primitivo o interesse na expressão da **predominação da ressurreição** na mensagem cristã, que é sempre a **cruz superada**.¹⁴

Somente no IV século d. C., na tomada do poder pelo cristianismo, a cruz, conseqüentemente o crucifixo, se torna rapidamente o símbolo central cristão. Ela se torna como que a marca característica da fé cristã e da doutrina cristã. Os primeiros símbolos da vida e da esperança, que se apropriam da ressurreição e da morte, são nos tempos seguintes colocados à margem, caem no esquecimento e são substituídos pela imagem da crucificação. Jesus Cristo surge como o crucificado, a crucificação se torna a chave do cristianismo. “O cristianismo se torna as boas novas da crucificação e da morte”.¹⁵ Esta mudança fundamental de paradigma é do ponto de vista histórico estreitamente ligada à pessoa e obra do imperador romano Constantino, que reconhece o cristianismo como **religio licita**, e desta maneira não é apenas suspensa a perseguição dos cristãos, mas a igreja cristã participou de uma série de benefícios e de privilégios.

Desta maneira foram colocados os pressupostos para a vitória completa da igreja “romana” em sua união e entrelaçamento com o estado romano, que foi consumado sob o imperador Teodósio. Em 380 tornou-se obrigatório a cada cidadão se tornar cristão ortodoxo; paganismo e heresia se tornaram crime contra o estado. O movimento foi concluído então por Justiniano (527-565). Sob sua égide a igreja romana se desenvolve finalmente em igreja oficial; os sacerdotes se tornam funcionários do estado, o estado mesmo, ou seja concretamente, o **senhor déspota**, rege por intermédio das leis do estado, a constituição, as doutrinas da igreja, o culto da igreja e fixa sobre o sínodo as normas para a vida moral.

Neste contexto é importante incluir na análise a lenda da visão da cruz

¹⁴ Hinkelammert, F., Die ideologischen Waffen des Todes, Freiburg/Münster 1981., p.229.

¹⁵ Hinkelammert, F., Ibid., p.222.

transmitida pelo pai da igreja e historiador Eusébio, que teria acontecido antes da vitória decisiva de Constantino na famosa batalha na ponte milvica perto de Roma em 28.10.312. Segundo esta lenda, Constantino e todo seu exército viu no final da tarde uma cruz brilhante no céu, por cima haviam as palavras **touto nika** (com este sinal venceremos!). A seguir o imperador deixa seus soldados antes da batalha pintarem uma cruz nos escudos. Depois da vitória a estatua do imperador erguida no forum recebe um sinal da cruz como atributo. Mais tarde Constantino conduz no seu acampamento um suntuoso estandarte que levava o monograma de Cristo, o **lábano**, que foi essencial para difusão do sinal da cruz.¹⁶ Para Constantino o que estava em jogo não era o objetivo religioso; ele queria vencer a guerra para o império romano e para tanto trouxe o apoio dos cristãos. Por isto não foi por acaso, que ele para legitimação religiosa e uso da força militar contra os inimigos escolheu o símbolo da cruz e não o símbolo do peixe, da videira, da âncora ou do cordeiro. Com razão observa Franz Hinkelammert: “O cristianismo só pode ser associado ao poder na medida em que o peixe é substituído pela cruz.”¹⁷

Na história liga-se a imagem da cruz com uma nova forma de agressividade, ela se torna símbolo da violência como vontade de Deus como dever cristão. A partir do ano de 313, no qual a paz entre o “estado” e a “igreja” foi estabelecida, a violência foi impulsionada em nome da religião cristã: isto é dirigido contra os cristãos, que defendem idéias doutrinárias diferentes (heréticos), e naturalmente como aqueles, que confessam um outra religião (pagãos). Os desviados da “ortodoxia”, que mais tarde com a vitória foram apelidados injuriosamente de Ketzer (herege), perturbam terrivelmente a harmonia entre estado e igreja, a pouco tempo alcançada.¹⁸ Como já foi observado, Constantino interveio massivamente na discussão cristológica. Neste meio tempo quase sem contestação o imperador trouxe e impôs sobre o concílio de Nicéia (325) a formula da **homousis** (“igüaldade do ser”).

A igreja, que se torna imperial, se distancia passo a passo da mensagem

¹⁶ Veja: Doerries, H., Konstantin der Grosse, Stuttgart 1958, p.31ss.

¹⁷ Hinkelammert, F., Ibid., p.247.

¹⁸ Hermann, H., Ketzer in Deutschland, Köln 1978, Grundmann H., Ketzergeschichte des Mittelalters (Bd. 2 Lieferung G, 1. Teil: Die Kirche in ihrer Geschichte, Hrsg. K.D.Schmidt und E.Wolf), Göttingen 1963.

de Jesus; ela se insere no mundo helênico e toma impulso em suas características. Na imagem artística da época Jesus de Nazaré é representado como Deus do Estado, envolvido em ouro puro, intocável, um vigia da religião do Estado e um guardião da moral oficial. A concepção helenista do cristianismo como um sistema de verdade e a compreensão de Cristo como o novo legislador é sensivelmente vivenciável.

A seguir a igreja romana atribui ao império e em comando militar abrangentes funções religiosas: com a espada foi conduzida a ação de pacificação, que deveria servir especialmente para a missão cristã e abrir caminho para um verdadeiro Deus. Então ao invés de ver o Estado no exercício do poder armado, deveria este ser defendido como protetor e mantenedor da verdadeira doutrina de Cristo contra seus opositores externos e internos? Externamente se direciona o poder do estado contra os “pagãos”. Trata-se de uma nova fé transmitida por um processo missionário violento, torna-se claro o mais tardar no momento, em que os cristãos têm a palavra no Estado e na sociedade. Um exemplo do ódio da nova religião contra a antiga: São Cirilo, que teria imposto o dogma da maternidade de Deus por Maria com um alto valor pago como suborno, deixou assaltar no ano 415 a conhecida e festejada filósofa no mundo de sua época Hypathia, arrastada em uma igreja, desnuda e literariamente dilacerada com cacos de vidro.

A antiga ideologia da igreja do mártir e perseguido foi transformada em seu contrário, exatamente no momento, em que os cristãos mesmos, que chegaram ao poder, podiam produzir seus próprios perseguidos. Em nome da cruz os templos “pagãos” foram roubados, demolidos e arrasados.

Grande número de relatos revelam, que pregadores cristãos levantavam as massas e encenavam programas contra grupos não cristãos. Monges fanáticos invadiam casas e santuários daqueles que não se deixavam batizar, quebravam imagens de seus deuses, destruíam obras de arte insubstituíveis, realizavam procissões de escárnio, matavam os sacerdotes pagãos e erguiam a cruz como sinal de vitória.

O pai da igreja, Agostinho, e o papa Gregório I foram os primeiros líderes cristãos, que legitimaram teologicamente a opressão violenta dos chamados heréticos e o uso de armas nas guerras missionárias contra os pagãos.

Já o imperador Teodósio o Grande, que elevou o cristianismo a religião oficial, levou ao massacre em um anfiteatro trinta mil cristãos, que seguiam os

ensinos de Ário, vistos em Roma como heresia. Nos tempos seguintes a política da destruição do paganismo foi exercida por vários imperadores romanos. Assim o imperador Graciano (318 d. C.) baixou um edito se colocando contra construções e cultos pagãos. As propriedades dos santuários foram confiscadas e dadas à igreja. Sobre as ruínas dos monumentos dedicados aos deuses das águas, das árvores e montanhas, levantaram-se igrejas e capelas cristãs. A evangelização das regiões gálicas não foi nada mais que uma sucessão de confrontos violentos. Especialmente brutal foi o procedimento do santo Martinho de Tours (cerca de 361-397) contra os discípulos das religiões locais. Ressaltamos os missionários céltico-germânicos Columban (530-615), Willibrord (658-739) e Bonifácio, que em seus esforços evangelizadores destruíram templos e altares e construíram igrejas sobre suas ruínas.

Desde o período teodosiano a cruz se tornou símbolo do triunfo e vitória. Ela se torna também como crucifixo em símbolo do senhorio de Cristo. É digno de nota, que as obras de arte do VII e IX século nas primeiras representações do crucifixo foi reprimida e evitada a expressão do sofrimento. Cristo aparece como Deus vitorioso, que como crucificado recebe a coroa real como sinal de sua divindade. Os artistas carolínicos outorgam ao crucificado aspectos triunfantes juvenis. A cruz não é mais reconhecida como instrumento de tortura, mas se torna símbolo do triunfo, de uma vitória. Ela traz a imagem do coroado, o Cristo sempre vivo, cujo enviado neste mundo é o imperador. Assim como a espada era o símbolo do movimento monástico e de todo poder agressor, a cruz representa a essência do poder imperial.¹⁹ A cruz ornamentada com jóias valiosas se transforma em uma arma, usada pelo poder da ordem imperial contra os inimigos políticos e religiosos. Nas cruzadas da Idade Média se desenvolve a agressividade cristã em uma medida insustentável.²⁰ Em nome da cruz se voltam não apenas contra os islamitas “pagãos”, mas muitas vezes primeiramente contra os judeus. Notícias e observações de cronistas árabes falam de sustos dantes não vistos do poder de autodestruição dos cavaleiros cristãos. Em sua visão os cavaleiros da cruz eram amantes da morte – a morte dos outros, mas também de sua própria morte. A violência mortal exercida em nome da cruz foi compre-

¹⁹ Veja: Duby, G., *Europa im Mittelalter*, Stuttgart 1985, p.29ss.

²⁰ Runciman, S., *Geschichte der Kreuzzüge*, 3 Bd. München 1957-1960, Meyer, H.E., *Geschichte der Kreuzzüge*, Stuttgart 1965. Erbstösser, M., *Die Kreuzzüge*, Leipzig 1977.

endida como cumprimento de um dever religioso, cuja crueldade deriva-se da majestade de Deus.²¹ Antes da conquista de Jerusalém em 13 – 15 de junho de 1099 encontramos nas fontes: “na Quarta e Quinta-feira atacamos a cidade por todos os lados violentamente. Mas antes de tomá-la por assalto, os bispos e padres fizeram uma advertência através de sermões, que se desejava fazer uma procissão em honra a Deus em torno do valado de Jerusalém e que isto foi acompanhado de orações, esmolas e jejuns ... todos os defensores fugiram dos muros através da cidade e os nossos os perseguiram e os conduziram diante de si, eles mataram e cortaram à espada, até o templo de Salomão (a mesquita de Omar), onde se deu esta matança, que os nossos passaram com o sangue até os tornozelos ... Depois disto os nossos lançaram finalmente os pagãos ao chão, capturaram no templo um grande número de homens e mulheres e os mataram ou deixaram viver, como lhe pareceu bem. Logo percorreram os cavaleiros da cruz toda a cidade tomaram para si ouro, prata, cavalos e jumentos e saquearam as casas... Então os nossos foram, chorando completamente felizes e alegres, para a adoração do túmulo de nosso Salvador Jesus Cristo e cumpriram diante dele seu voto de gratidão.”²²

Desde as primeiras cruzadas no ano de 1096 o exercício da violência cristã em nome da cruz foi simbolizada claramente através da perseguição e crucificação do povo judeu. Apenas neste ano centenas de milhares foram mortos na Alemanha, seus pertences roubados, seus cemitérios destruídos. Os cavaleiros da cruz expressam isto em claras palavras: “Vede nós queremos procurar nosso libertador e exercitar o ódio dos ismaelitas para ele, mas aqui estão os judeus, que o mataram e crucificaram. Vamos, deixe-nos exercitar primeiramente o ódio sobre eles e os eliminar dentre os povos, para que o nome de Israel seja esquecido.”²³

O antisemitismo cristão tem uma longa tradição: Já no IV século queimam sinagogas, os ensinamentos da igreja instigavam até a plebe da estrada para ações violentas contra judeus. Líderes cristãos recolhiam bens dos judeus e roubavam os pertences dos “porcos abjetos, servos do diabo”. Sobre os incitamentos das querelas santas dos patriarcas de Alexandria, já no V século mais de 100.000

²¹ Hinkelammert, F., *Ibid.*, p.247ss.

²² Citado de Clévenot, M., *Als Gott noch ein Feudalherr war*, Fribourg/Luzern, 1991, p.221s.

²³ Citado de Hinkelammert, F., *Ibid.*, p.249.

judeus perderam suas vidas.²⁴ Em 306 d.C. o sínodo de Elvira proibiu o casamento e a relação entre cristãos e judeus, assim como a ingestão de alimentos juntos, não foi mais permitido aos judeus assumir cargos públicos (sínodo de Clermont 535), aos judeus era vedado empregar trabalhadores cristãos (sínodo de Orleans 538). O sínodo de Toledo (681) ordenou a incineração de livros judeus. O sínodo de Orleans (538) proibiu os judeus de andar por vias públicas em feriados cristãos. No terceiro concílio de Latrão (1179) foi tirado dos judeus a possibilidade de levar cristãos a juízo ou testemunhar contra eles. O concílio seguinte de Latrão (1215) ordenou, que os judeus deveriam ter um sinal diferenciador em suas roupas e o sínodo de Breslau (1267) os autorizou a viver apenas em “bairros judeus” próprios. Esta lista pode ser continuada até os tempos modernos.²⁵

Depois do fracasso das cruzadas contra os islamitas a agressividade da igreja oficial se dirigiu igualmente fortalecida em nome da cruz contra os cristãos desviados, eles procuraram defender, para ressussitar o ideal da igreja primitiva, a dignidade e a base de sobrevivência dos pobres e a igreja, que tornou-se rica e poderosa, submeteu-se a uma crítica rigorosa: em 1209 foi conduzida uma cruzada contra as heresias dos Albigenses, que desde o século doze se espalhavam no sul da França. A eles pertencem também os **Valdenses** e os **Cátaros**, que defendiam a pobreza ideal, o pregador ambulante e a vida apostólica simples.²⁶ Em virtude das cruzadas contra os albigenses a inquisição ganhou em poder e significado. A instituição papal para luta contra os hereges recebeu o nome de **sanctum officium** e se estabeleceu a olhos vivos.

É preciso salientar em nosso processo de argumentação, que os Cátaros consideravam o sinal da cruz como sinal do Anti-Cristo e o rejeitaram severamente. Também nos movimentos tardios de resistência, por exemplo na guerra dos camponeses na Alemanha do século dezesseis, que se levantou contra a exploração dos camponeses pelos aristocratas da terra e do catolicismo romano, foi rejeitado o símbolo da cruz. O lema do líder dos camponeses, Florian Geyers

²⁴ Sobre Cirilo veja Campenhausen, H., Griechische Kirchenväter, Stuttgart 1961, p.153s.

²⁵ Sobre o anti-semitismo cristão veja Czermak, Christen gegen Juden. Geschichte einer Verfolgung, Nördlingen, 1989 und das achtbändige Werk von Léon Poliakov: Geschichte des Antisemitismus, Frankfurt 1988.

²⁶ Hermann, H., Ketzer in Deutschland, Köln 1978, p.133ss

dizia: **nulla crux, nulla corona.**²⁷

Finalizando:

O cristianismo, que se desenvolveu depois da onda constantínica como religião reinante da Europa muda o Messias libertador Jesus de Nazaré em um Cristo triunfalista, que legitimou o império romano e o sistema feudal da Idade Média. A cruz se tornou o símbolo da violência contra os inimigos internos e externos. Nas catedrais góticas, símbolo desse espírito, faltam quase que completamente símbolos de esperança; contra isto as imagens reinantes do Cristo crucificado, são feitos mártires e cenas de terror, os pecadores e pagãos devem sofrer no juízo final. Por outro lado as esperanças bíblicas são reinterpretadas e transformadas em idéias tenebrosas. O Cristo da parousia se torna em um juiz impiedoso e executor da ira de Deus.

Não é de admirar, que a cristandade surgida das missões ocidentais do novo tempo com resistência receberam os símbolos cristãos surgidos na cultura ocidental. Na teologia africana não é dada quase nenhuma atenção ao símbolo da cruz, pois não se pode expressar o significado da vitória da vida sobre a morte, trazida por Cristo. Em outros contextos do terceiro mundo a cruz retorna para seu sentido original; ela representa a realidade do sofrimento da humanidade desvalorizada e a criação, que clama por redenção.

Despedir-se do Deus dos Europeus significa então, para os cristãos do terceiro mundo, despedir-se dos símbolos e ideologias, que o ocidente cristão usou, para impor seu senhorio violentamente a grupos, que não lhes agradavam.

²⁷ Hinkelammert, F., *Ibid.*, p.250.